

Argirópolis e as mudanças na concepção histórica de Domingo Faustino Sarmiento

Argirópolis and the changes in the historical conception of Domingo Faustino Sarmiento

Cláudio Luís Quaresma Daflon

Mestre

Pontifícia da Universidade Católica do Rio de Janeiro

cldaflon@gmail.com

Rua Passaíndu 155/701 - Flamengo

22210-085 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Resumo

O início da década de 1850 marca o momento em que os intelectuais da Geração de 1837 disputavam qual seria o melhor projeto para civilizar e organizar a incipiente nação argentina. Este artigo pretende explorar as redefinições conceituais que ocorrem naquele momento, no discurso político de Domingo Faustino Sarmiento, através da análise de *Facundo* e *Argirópolis*, duas de suas principais obras. A principal hipótese é a de que as alterações na sua maneira de pensar e narrar a história, se relacionam com a expansão do espaço para a ação humana no seu projeto para civilizar a região do Prata. Assim, *Argirópolis* expressaria utopia de transformar o deserto de sociabilidade descrito no *Facundo*, em uma civilização.

56

Palavras-chave

Argentina; História; Civilização.

Abstract

The beginning of the 1850's marks the moment when several intellectuals of the *1837 Generation* disputed, on the Plata region context, which project was the best to civilize and organize the emerging Argentine nation. This article intends to explore the conceptual redefinitions which occurred at that moment in Sarmiento's political discourse, through the analysis of *Facundo* and *Argirópolis* – two of his most important works. The main hypothesis is that the changes in his way of dealing with history were related to an expansion of the role of human actions in his project to civilize the Plata region. Thus, *Argirópolis* expresses the utopia of turning what he describes in *Facundo* as a desert of nonexistent sociability, into a civilization.

Keywords

Argentina; History; Civilization.

Enviado em: 10/10/2011

Aprovado em: 10/11/2011

A partir do diálogo com o Romantismo europeu, a geração de intelectuais rio-platenses, que se tornou conhecida como Geração de 1837, buscou e desempenhou um importante protagonismo a partir do sonho de civilizar e construir uma nação. Aqueles jovens românticos encaravam essa construção como um longo caminho, no qual seria sua “missão” completar a emancipação política realizada pela geração que fez a independência política, com a libertação também no plano intelectual, levando assim ao rompimento definitivo com a mentalidade dominante no período colonial.

Ideias como a importância da subjetividade – com a valorização do que é específico e original – e a admissão do campo da irracionalidade – pela consideração da imaginação e das emoções como parte essencial do estudo do que compunha o homem e a sociedade – foram algumas das que ajudaram na gênese de um “historicismo romântico rio platense”, em cuja invenção e protagonismo a Geração de 1837 foi fundamental.¹

A disseminação do historicismo² na região do Rio da Prata esteve condicionada pelas grandes transformações conceituais mais gerais que tangenciamos anteriormente. O próprio conceito de *história*, que estivera até então acoplado ao *topos* “história mestra da vida” – portanto relacionado a noção de que toda experiência existente ou por vir poderia ser reduzida de algum modo a outra já ocorrida – passava a significar, desde a metade do século XVIII – e em particular a partir da Revolução Francesa – uma “expresión de la totalidad de la experiencia humana y fuerza que anima su ser, constituyéndose así en un metaconcepto que oficia como condición de posibilidad de todas las historias acontecidas” (WASSERMAN 2008, p. 21).

É claro que a maneira pela qual a Geração de 1837 lidou com a história, esteve balizada por esse novo significado do conceito. A proximidade temporal com o momento da independência, a que se seguiu uma decidida negação do passado colonial, tornou muito difícil que aqueles intelectuais conseguissem se livrar da perspectiva desenvolvida naquele período, da necessidade de investigar as suas origens a fim de formar uma identidade e definir o que os legitimaria como *nação*.

O historicismo rio-platense e as dificuldades em elaborar uma história nacional

A perspectiva de substanciar a nação esbarrava na impossibilidade de explicá-la através dos elementos aos quais era possível recorrer, como na Europa,

¹ Um bom mapa introdutório sobre a influência do romantismo europeu sobre a Geração de 1837 foi elaborado por Bernardo Ricupero, em capítulo de seu livro *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil*. Um estudo mais detalhado pode ser encontrado em *La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas*, de Jorge Myers, listado nas referências bibliográficas. Para uma boa análise introdutória sobre a relação daqueles intelectuais com o contexto político do rosismo, ver *Historia de la Argentina, 1806-1852*, de Marcela Ternavasio (2009).

² Entendido aqui como uma concepção em que a essência dos fenômenos sociais seria a sua historicidade, o que passa a exigir o conhecimento histórico como condição para fazê-los inteligíveis.

para definir ao mesmo tempo a unidade e a exclusividade exigidas para formalizar uma *identidade nacional*. Jorge Myers (2008) lembra, por exemplo, das dificuldades em se estabelecer uma identidade cultural comum; primeiramente, em função da tradicional divisão cultural entre a cidade e o campo, e na maneira pela qual a elite argentina lamentava o contraste com os *gaúchos*. Myers aponta em segundo lugar a predominância das unidades provinciais – inspiradas em patriotismos regionais potencializados pela experiência de autonomia política vivida até 1853; e por último, a questão do *deserto*, ou seja, o fato de que as elites culpavam a escassez de população pelo atraso econômico e pela “falta de sociabilidade” e “violência” dos habitantes do campo. O fato de que seria apenas após as décadas de 1860 e 1870 – em última análise como consequência dos esforços do sistema de educação do Estado – que o termo “argentino” viria a se transformar no indicativo de todos os habitantes da República Argentina, corroboraria essa dificuldade em estabelecer identidades.

A partir da independência, sob a pressão de encontrar um lugar e uma origem para as novas entidades políticas da região do Rio da Prata, se desenvolveu a ideia de que os novos Estados deram formas institucionais às nações preexistentes cujas histórias a historiografia teria o dever de revelar. Essas histórias seriam escritas durante o século XIX, caracterizadas por um curso unitário e evolutivo, no qual os princípios particulares de cada nacionalidade se desenvolviam progressivamente em fases movidas pela lógica; portanto passíveis de serem decifradas pela razão. É claro que – hoje é fácil constatar – naquele contexto específico pós-revolucionário das sociedades latino-americanas não seria nada fácil realizar tal esforço; afinal já tratamos dos obstáculos que atravessavam a busca de identidades em comum, além do poder das entidades mais locais e a capacidade que mostraram de se institucionalizar, constituindo-se nas províncias como expressões locais de poder.

Este quadro passou a sofrer mudanças devido a dois conjuntos de fatores principais; o primeiro mais ligado à torrente de eventos que modificou profundamente a realidade daqueles intelectuais. Fundamentalmente estamos considerando aqui o acirramento da repressão e o exílio como resultado desta, quando o regime rosista passou a ser representado como “bárbaro”, ainda que tenha continuado até o início da década de 1840 a ser identificado por muitos dos românticos como a expressão da realidade local e encarnação da nacionalidade. A partir de então, a história local se ergueu definitivamente contra aquelas leis universais, afinal Rosas havia levado o país numa direção contrária ao que o curso evolutivo baseado na filosofia da história iluminista pregava e previa; e desta forma, já não seria possível uma elaboração historiográfica do passado argentino que seguisse o conceito de “nacionalismo genealógico” – como empregado pelo historiador Elías Palti (2003; 2009) – baseado na justificação racional do caráter nacional, através da autocelebração de construções preexistentes como língua, etnia ou tradições.

O que se pode apreender dos escritos dos jovens românticos daquele momento é que havia uma sensação geral entre eles de que o curso da história não teria levado o seu país a lugar algum, e pior ainda, teria desencadeado a tragédia do rosismo. Como alcançar a civilização se as leis do progresso parecem não existir, visto que o que a realidade apresentava era o crescimento arrebatador do poder de Rosas? Eis a questão que se colocava à frente daqueles intelectuais ao longo da década de 1840 com a confirmação da hegemonia rosista.

O “*romanticismo sin historia nacional*” (WASSERMAN 2008, p. 248), teria sido desenvolvido por intelectuais que encontraram dificuldades em imaginar e narrar uma experiência histórica local, separada do restante da América Hispânica; e mais, que desprezavam tanto o passado indígena, quanto o colonial. A situação de conflito constante entre os românticos rio-platenses e o rosismo, e a disputa entre diversos projetos de organização – que quase nunca buscavam se legitimar em comunidades pre-existentes com um passado em comum – são fatores que fornecem pistas sobre o porquê da escrita de uma história nacional ser algo extremamente problemático e raro naquele momento.

Terá importância fundamental nesse momento o conceito de *progreso*, que se articulará nos discursos dos intelectuais do século XIX como um princípio que permitia uma articulação dotada de sentido, abrangendo fenômenos que de outro modo se ergueriam como inexplicáveis, como a Revolução de 1810 e o rosismo. Isto porque aquele conceito carregava consigo a possibilidade de “dar legalidad a todo lo existente” (WASSERMAN 2008, p. 22), inclusive à dimensão das mudanças, cujo horizonte estará cada vez mais aberto e afastado do que o passado ou o presente teriam determinado.

Veremos que a partir de uma série de redefinições conceituais,³ que ocorrem no curto período de tempo entre *Facundo* e *Argirópolis*, é possível perceber no discurso de Sarmiento mudanças importantes, sobretudo a expansão do espaço para a ação e das possibilidades na projeção de uma nação. É certo que essas redefinições se relacionam com uma mudança também na forma pela qual Sarmiento se relacionava com o passado. Conforme veremos, *Facundo* trazia uma visão providencial e circular de tempo, o que contribuía para que essa obra não representasse efetivamente uma “história nacional”, apesar de ter buscado desvendar o processo histórico entre a Revolução de 1810 e a ascensão de Rosas ao poder. Em *Argirópolis*, por sua vez, Sarmiento se preocupou, sobretudo, em resolver os conflitos da região do Prata, propondo uma solução centrada em um projeto nacional utópico; entretanto, para substanciar e legitimar tal projeto, recupera a história constitucional daquela região, e se esforça para dar um sentido a ela, propondo um curso evolutivo que culminaria com a união das províncias em um Estado-nacional, regido por uma constituição capaz de civilizar e organizar aquele território.

³ Nesse trabalho não será possível explorar essas redefinições, mas é importante pontuar o deslocamento do paradigma civilizacional de Sarmiento, antes localizado na Europa – mais especificamente na França – para os Estados Unidos; mudança que tem como marco a sua viagem aquele país, patrocinada pelo governo chileno.

O esforço em escrever uma história do desenvolvimento constitucional argentino

Argirópolis é, simultaneamente, um diagnóstico e um projeto, através do qual Sarmiento buscou – a partir de uma análise histórica dos “frágeis esboços institucionais” de seu país – propor um “meio de pacificação” capaz de pôr fim aos males de seu presente e de impedir que novas complicações ocorressem, “deixando definitivamente constituídos aqueles países” (SARMIENTO 2011, p. 9). O livro trata de como terminar a guerra, conciliando os interesses entre as regiões envolvidas; de como criar uma Constituição, que fosse capaz de preservar a paz alcançada e lançar as bases para o desenvolvimento das riquezas – todos estes fins que dependeriam do equilíbrio entre as províncias, e ainda da conservação e aprimoramento de alguns instrumentos legais de autoridade vigentes no regime pré-constitucional. Ao afirmar que “nenhum sentimento de hostilidade abriga estas páginas”, Sarmiento busca claramente convencer os seus leitores de que as suas críticas e proposições estariam baseadas no estudo do “direito escrito”; e será fundamentalmente a partir de tal estudo que ele apresentará o diagnóstico a ser resolvido por uma Constituição, na qual deverão constar pontos específicos e “conformes ao direito federal que serve de base a todos os poderes atuais da Confederação” (SARMIENTO 2011, p. 9).

É clara, portanto, a preocupação em legitimar o seu exame e as suas propostas, ligando-os a uma legalidade preexistente, à geografia do país e à ideia de que o seu projeto leva em conta “o interesse de todos os atores” em conflito. A escolha da ilha de Martín Garcia – como a capital da República projetada – é outro aspecto que chama bastante atenção, entre os vários pontos e propostas que compõem a obra. A ilha – que se encontrava ocupada pela França, e às vias de retornar às mãos de Rosas – parece ser proposta por Sarmiento como centro de poder justamente para contrabalançar a desconfiança em relação ao poderio àquela altura exercido por Buenos Aires, um risco à proposta de organizar uma unidade entre as províncias que compunham a Confederação Argentina, e que sonhava incorporar também – como veremos adiante – o Paraguai e o Uruguai.

Muitos eminentes estudiosos já escreveram sobre *Argirópolis* como uma obra que não é fruto de um mero improviso de Sarmiento. É precisamente neste sentido, que os capítulos iniciais apresentam um estudo dos pactos firmados até então, desde que o governador de Buenos Aires Manuel Dorrego solicitou a condição de Encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina em 1827. Assim, Sarmiento tratará de traçar a história do cargo de Encarregado das Relações Exteriores, assumido por Rosas em 1829, afirmando que era ele “el actor más conspicuo de la larga y ruidosa cuestión del Plata” (SARMIENTO 2011, p. 13). A pergunta através da qual ele retoricamente introduz a análise que virá adiante será: *de onde surgiu aquele cargo?*

Em um primeiro momento, no período imediatamente posterior à luta de independência, as Províncias Unidas – explica Sarmiento – não eram reconhecidas, e, portanto, as relações exteriores eram ainda insignificantes.

Entretanto, após o governo de Bernardino Rivadavia, Buenos Aires já atraía certa atenção de algumas nações europeias. Com a sua renúncia e a subsequente dissolução do Congresso em 1827, o resultado foi um estado de acefalia na nação. Para Sarmiento, isto gerou a necessidade de que enquanto se constituísse a república, fosse dado poder a algum dos governos provinciais, para que o seu representante se encarregasse da manutenção das relações exteriores em nome de todas as províncias.

É nesse sentido que Sarmiento cita acordos de Buenos Aires com as províncias de Córdoba, Santa Fe e Entre Ríos. Segundo ele, tais acordos bilaterais ou multilaterais, sempre continham uma aceitação das províncias em ceder poderes a Buenos Aires, para que o governador desta dirigisse os assuntos de guerra e relações exteriores. O cuidado do autor em amparar e legitimar a narrativa da história constitucional de seu país fica explícito na transcrição da nota transmitida ao governo de San Juan por Don Juan de la Cruz Vargas, enviado por Manuel Dorrego para negociar o reconhecimento daquela província à ideia de que Buenos Aires funcionasse provisoriamente como o centro de unidade da República, sendo que o mesmo documento propunha ainda o governador bonaerense – o próprio Dorrego – como representante deste poder central, até que houvesse a reunião de um corpo nacional deliberante.

O compromisso estabelecido por Dorrego seria o de não separar Buenos Aires

61

un punto de la voluntad y opinión general, nivelando su conducta con la de toda la República, respetando religiosamente lo que se sancionare por mayoría de los pueblos que la integran, y que está pronta a dar todas las pruebas de franqueza y confraternidad que sean necesarias para convencer que en sus consejos no entran ideas interesadas ni mezquinas, y que el bien general, el honor y la dignidad de la República es el punto céntrico, siendo de ello una prueba dada el haberse puesto a la par de todas las provincias, tratándolas de igual a igual, así como el digno jefe que la preside tiene adoptada la misma marcha con respecto a los Excmos. gobiernos de toda la nación [...] (SARMIENTO 2011, p. 9).

É recorrendo a este tipo de proposição do governo de Buenos Aires, e aos acordos realizados a partir dele, enfatizando o comprometimento de Dorrego em respeitar as soberanias locais, que Sarmiento prepara a base para uma crítica institucional à legitimidade do Encarregado das Relações Exteriores. A aceitação da centralidade de Buenos Aires que derivava da concessão daquele cargo ao seu governador, dependeria da contraparte exigida pelas províncias, ou seja, a condição *sine qua non* da convocação de uma convenção ou congresso geral capaz de reorganizar a nação em torno de uma constituição aceita por elas.

Buscando fortalecer tal argumento, Sarmiento cita artigos sancionados pelo governo de San Juan na mesma data da concessão, que revelam um receio daquele governo em relação a um possível atraso na convocação de um congresso. Recorre ainda a outro documento, de 1836, em que a Sala de Representantes daquela província renovou a concessão de Rosas – então

governador de Buenos Aires – mas não sem reproduzir no mesmo documento o *tratado cuadrilátero*,⁴ o que para Sarmiento reforçaria o desejo de uma constituição como prerrogativa mínima à legitimidade do acordo.

Nesse sentido, a história constitucional que Sarmiento organiza tem o claro sentido de deslegitimar Rosas. Nessa obra, no entanto, a crítica não será através de um ataque mais incisivo à sua figura ou aos chefes federais caudilhos em geral, a exemplo do que fora feito em *Facundo*, obra em que o chefe federal aparece como encarnação da barbárie e como o grande responsável por um desvio na história da civilização argentina. Em *Argirópolis*, o cerne da sua crítica estará na ideia da ilegitimidade do próprio Encargo das Relações Exteriores, cuja perenidade contrariaria o “espírito de dependencia de la convocación del congreso general de las provincias” (SARMIENTO 2011, p. 20). Nela está em jogo o uso da história e do direito, no intuito de justificar a impossibilidade da manutenção de Rosas no comando dos rumos da incipiente nação argentina. Criando uma narrativa que organiza a história do direito natural e escrito do Encargo das relações exteriores, Sarmiento estava simultaneamente definindo as bases legais sobre a qual a civilização deveria ser construída, e deslegitimando o poder concedido a Rosas, em função da total recusa que este manifestaria em relação à convocação de um congresso constituinte: “la palabra congreso parece haber sido abolida de nuestro lenguaje político, y lo que se dio como provisorio y de las circunstancias del momento tomarse por definitivo y normal” (SARMIENTO 2011, p. 22).

A sua interpretação é a de que a República Argentina estaria atravessando um momento de anomalia, pois a vontade do povo, desde 1827,⁵ seria a convocação de um congresso – conforme Sarmiento procura provar reproduzindo uma série de documentos a exemplo do citado aqui anteriormente. Para ele, a inexistência de uma constituição contrariaria a própria condição republicana e representativa da nação, e seria responsável pelo seu atraso em relação a outras repúblicas americanas.

Um novo tipo de crítica a Rosas

Com esse tipo de argumentação, Sarmiento busca criticar a conduta da República Argentina por sua dependência exagerada do encarregado das relações exteriores. A “prudência” e o “interesse nacional” estariam sendo deixados de lado em favor de decisões de “carácter personal” (SARMIENTO 2011, p. 25). Na construção de uma crítica de tom conciliatório, o seu foco estará na necessidade de se controlar institucionalmente o responsável pelas relações exteriores – que naquela conjuntura também comandava, desde Buenos Aires,

⁴ Pacto firmado em janeiro de 1822 entre representantes das províncias de Buenos Aires, Santa Fe, Entre Ríos e Corrientes. Através dele, essas quatro províncias buscaram estabelecer a paz e se unir ante a ameaça de invasão luso-brasileira, que percebiam como bastante provável em função dos conflitos relacionados à Banda Oriental.

⁵ Ano em que governo de Buenos Aires anunciou a disposição em convocar um congresso constituinte.

as relações entre as províncias da Confederação. A sua argumentação inicial ecoa aqui, pois Sarmiento acreditava que seria a partir da elaboração de uma constituição – mesmo com a manutenção das relações exteriores sob o governo de Buenos Aires – que estariam assegurados poderes às províncias para que estas fossem capazes de delimitar responsabilidades e de regular as ações do encarregado, direcionando-as para que convergissem com os interesses da nação.

Essa mudança para um tipo de crítica mais institucional certamente tem relação com um movimento comum aos intelectuais da Geração de 1837, em direção à negação do que o historiador Elías Palti trata como “nacionalismo genealógico”. Seguindo o que foi abordado anteriormente, os acontecimentos daquela época, à maneira como estavam sendo experimentados por homens como Sarmiento, colocavam em xeque a possibilidade da valorização de uma história e tradição local; pois se no início do rosismo ainda havia uma confiança total nas leis do progresso universal e na sua irresistibilidade – evidente na ideia daquela geração de que Rosas poderia funcionar como agente involuntário da razão – após a afirmação e fortalecimento do regime tal crença sofreu alterações importantes. A história local – afirma Palti – “se les apareceria entonces como empeñada en contradecir las más elementales exigencias de la razón y obstinada en burlar las leyes universales que guían su transcurso” (PALTÍ 2009, p. 27). Narrar o passado argentino, a partir de um conceito genealógico, se tornava uma tarefa progressivamente mais problemática. Afinal, aos olhos da geração romântica, aquela história teria levado ao domínio despótico de um representante da barbárie.

63

A proposta, aqui, é a de que será a partir do agravamento dessa tensão – derivada simultaneamente da necessidade e impossibilidade de dar expressão a um curso histórico que não parecia seguir nenhuma ordem racional ou lei universal de progresso – que Sarmiento irá construir a crítica ao rosismo em *Argirópolis*. Tratará de conferir menos importância à ideia de Rosas como personagem que expressaria a barbárie de certa forma intrínseca à Argentina, em favor da elaboração de um diagnóstico centrado no questionamento da legitimidade do cargo que ele ocupava. A tradição valorizada aqui será a ordem institucional, que mesmo assim é caracterizada como “frágil”, enquanto o que pudesse remeter a um espírito ou cultura local é suprimido por estar fora dos trilhos da civilização.

A análise de Elías Palti é extremamente útil, pois trata o momento do recrudescimento do regime rosista como coincidente com o epicentro da crise daquele modelo genético. A influência do romantismo havia estimulado a busca de forças imanentes – e não mais apenas causas eternas transcendentais – para explicar a constituição de uma nação. Junto a este aspecto, a luta entre civilização e barbárie como esquema interpretativo essencial constituía o núcleo deste “nacionalismo genético”, e a partir dele derivavam oposições que em função das alterações na própria realidade histórica, foram se tornando menos rígidas na medida em que essa crise se aprofundava – apesar da própria historiografia tradicional ter insistido nelas por muitos anos – como razão/

emoção; cidade/campaña; litoral/interior; unitário/federal. O que daria sentido a todos esses pares em oposição seria a noção romântica de *nação*, sendo que a síntese desses elementos, que constituiriam a genealogia da insurgente nação argentina, teria que ser realizada a partir do polo dito "civilizado" do esquema interpretativo antinômico.

O paradoxo, que perpassa todo o *Facundo* de Sarmiento, é justamente que na Região do Prata, o polo da barbárie teria funcionado como princípio ativo. Naquela obra, Facundo Quiroga aparece como um caudilho – personagem colocado à margem do desenvolvimento histórico – que, no entanto, é protagonista, ainda que o seu papel seja desempenhado desde a barbárie. Apesar de narrar a trajetória do chefe federal desde a sua infância, Sarmiento enfatiza o momento em que ele se torna comandante de campanha em La Rioja, afirmando: "Começa neste momento a vida pública de Facundo" (SARMIENTO 1996, p. 146). Utiliza-se ainda de uma comparação com Artigas, pois como este o fora em Montevidéu, Quiroga seria "O elemento pastoril, bárbaro, daquela província [La Rioja], aquela terceira entidade" (SARMIENTO 1996, p. 146), funcionando como a expressão de um antagonismo entre as cidades e os caudilhos. Para Sarmiento, é essa ideia do surgimento de uma "terceira entidade" que explica como os comandantes de campanha – heróis da revolução de 1810 – se elevam a caudilhos em suas províncias, e através do desenrolar natural de um processo mecânico mais amplo, a nível nacional, Quiroga se ergue como líder dos primeiros esforços de unificação do país.

No capítulo 'Sociabilidade: Córdoba, Buenos Aires', Sarmiento busca expor como esse antagonismo, interno às cidades, passa a ser reproduzido em escala nacional. Córdoba – considerada por Sarmiento como ainda presa ao passado colonial – ao se rebelar contra Buenos Aires – litorânea e já em contato com as ideias civilizatórias europeias – teria iniciado essa "nacionalização do antagonismo entre civilização e a barbárie" expressa nos poderes dos caudilhos em suas províncias. A continuidade desse processo seria a expansão dos poderes de um desses caudilhos, de restrito à sua província, para todo o país, o que resultaria na ascensão de um em líder nacional.

Seria Quiroga esse líder? No capítulo 'Ensaio: ações de Tala e de Rincón', Sarmiento narra a ação do caudilho em Tucumán em 1825 – momento em que Buenos Aires buscava a reunião de todas as províncias em um Congresso. Sob a insistência de Rivadavia, Facundo invade a província para depor o coronel Lamadrid, mal visto por Buenos Aires e por outras províncias, depois de ter se aproveitado da conjuntura da guerra com o Brasil para subir ao governo, sem o consentimento da capital. "Eis aí – escreve Sarmiento – o primeiro ensaio de Quiroga fora dos limites da província" (SARMIENTO 1996, p. 180). A partir de suas primeiras expedições, o caudilho teria conseguido não só se constituir como mais importante que o próprio governo legítimo de La Rioja, como também dar os primeiros passos na direção de uma unificação.

Nesse impulso, antes de uma identificação federal, que implicaria em ódio aos unitários, haveria uma espécie de força interior quase automática –

comum aos caudilhos poderosos das províncias – que impulsionaria Quiroga contra as cidades:

Sentia-se forte e com vontade de agir; a isso impelia-o um instinto cego, indefinido, e obedecia a ele; era o comandante de campanha, o gaúcho mau, inimigo da justiça civil, do homem educado, do sábio, do fraque, numa palavra, da *cidade*. A destruição de tudo isso lhe fora encomendada do alto e não podia abandonar sua missão (SARMIENTO 1996, p. 186, grifo do autor).

Entretanto, Facundo não teria sido capaz de completar a fusão entre os dois mundos – a cidade civilizada e as províncias bárbaras – e de assim se erguer como o líder nacional que se imporia ao país. Sarmiento aponta para isto ao concluir a sua narração das primeiras investidas do caudilho para fora de sua província:

Estes são os acontecimentos principais que ocorrem durante os primeiros ensaios de fusão da República que Facundo faz; porque este é um ensaio; ainda não chegou o momento da aliança de todas as forças pastoras para que saia da luta a nova organização da República. Rosas já é grande nas campanhas de Buenos Aires, mas ainda não tem nome nem títulos; trabalha, porém; agita, subleva (SARMIENTO 1996, p. 191).

65

Fica evidente em *Facundo* a crença de Sarmiento numa marcha que empurrava aquele caudilho em direção ao seu trágico fim em Barranca-Yaco. A Providência teria o levado irresistivelmente a morte. Somente então surge o personagem que deverá ser a síntese entre campo e cidade. Com ele nasce o que pode se considerar uma “ordem bárbara”, ou seja, um oximoro que expressa um tipo de ordem diferente da idealizada pelo dito polo da civilização. Essa é a vingança das províncias contra Buenos Aires na qual insiste Sarmiento. Não se trata de pensar a barbárie apenas como um hiato da própria marcha da história – conforme Halperin Donghi (2005), por exemplo, estabelece – mas sim que, paradoxalmente, a barbárie toma o lugar da civilização como elemento ativo da sua condução.

O que ocorre no caso específico de *Facundo*, é que a civilização como fim iluminista, teve paradoxalmente Rosas como um protagonista. A unificação, etapa importante da civilização, estaria sendo promovida – ainda que sob a égide da barbárie e do seu líder. O próprio Sarmiento classifica Rosas, naquela obra, como um “híbrido”, no sentido em que reúne elementos que a princípio seriam incompatíveis. Mas seria exatamente a partir dessa mescla de elementos heterogêneos – constante em todos esses personagens – que Rosas teria erguido o seu poder hegemônico; afinal a região do Prata seria constituída por elementos igualmente híbridos. A expressão “ordem bárbara” – que Sarmiento poderia perfeitamente ter se utilizado⁶ – traz, na sua própria estrutura de oximoro, o hibridismo que caracteriza Rosas – personagem que é ao mesmo tempo produto e artífice da barbárie gaúcha e do racionalismo civilizatório europeu.

⁶ Afinal, ainda no *Facundo*, chega a caracterizar Rosas através de outro oximoro: “el legislador de la civilización tártara”.

A questão colocada anteriormente – sobre a prevalência de uma crítica distinta em *Argirópolis* – exige uma resposta complexa porque implica na necessidade de repensar toda a generalização normalmente feita em torno do que a figura de Rosas representa em *Facundo*. A “ordem bárbara” não aparece nesse texto como uma construção alheia ao que indicaria a Providência. A crença de Sarmiento no papel desta última gera um fatalismo que seria incompatível com uma interpretação do rosismo, como um desvio tão abrupto na linha da história pelas mãos de apenas um homem, ainda que este tenha sido um herói. Assim, a impressão inicial, causada pelo tom institucional e pelo pouco enfoque à figura de Rosas – de que em *Argirópolis* haveria um reconhecimento maior de Rosas e do rosismo como elementos importantes da história argentina e do caminho civilizatório – é desfeita pela conclusão de que já no *Facundo* tais ideias estavam de alguma forma presentes. Afinal, Rosas já aparecia nessa obra como um híbrido do qual a Argentina, e o seu território dominado pelo hibridismo, parecia precisar.

O que há de diferente na natureza da crítica de *Argirópolis* é que ela não mais se concentra nas causas determinantes da barbárie e do surgimento de Rosas como o seu “herói”, mas na legitimidade do cargo que ele ocupava. Esta nova crítica, de tom institucional e conciliatório, certamente guarda relações diretas com a crise do modelo genético de nação e o aspecto circular que marcava o conceito de história em *Facundo*; modelo pelo qual – conforme vimos – Sarmiento não dava conta de explicar numa mesma linha de progresso a ascensão e a queda de Rosas. A impossibilidade de um progresso constante seria a explicação do predomínio da barbárie; mas a questão que certamente atormentava Sarmiento (a ponto de fazê-lo forjar nos últimos capítulos uma explicação incoerente com o próprio modelo determinista sustentado na maior parte do *Facundo*) seria como explicar racionalmente o processo que poria fim ao rosismo, e encaminharia o país para a civilização. A solução encontrada por Sarmiento só ganharia corpo a partir do momento em que a própria natureza e importância dessa questão perdiam força.

Ao invés do foco em desvendar o enigma argentino, Sarmiento passaria progressivamente, ao longo de suas obras posteriores, a adotar uma preocupação maior com os meios através dos quais poderia levar a civilização ao seu país. A sua obra *Viajes* (SARMIENTO 1997), uma espécie de diário das viagens que fez patrocinadas pelo governo chileno a partir de 1846, expressa um marco essencial para a série de redefinições em seu marco conceptual. Nela, Sarmiento ressignificaria o seu conceito de história, incorporando cada vez mais em seu campo semântico noções de linearidade e progresso constante. Tais redefinições, por sua vez, abriram espaço para a subjetivação da realidade histórica, fazendo com que o determinismo do território e de uma realidade histórica sobre os homens desse lugar a uma postura ativa de grandes homens capazes de dar curso a novos processos. Nesse sentido, *Viajes* representaria o núcleo de um movimento progressivo de Sarmiento na superação do domínio do determinismo e do providencialismo em seu pensamento.

Em *Argirópolis*, Sarmiento alerta para o risco de que o encarregado provisório apresentasse obstáculos à cessação do poder que ele exercia “pues aunque provisorio, es tan extenso e ilimitado, como no sería si fuese duradero y regular” (SARMIENTO 2011, p. 36). Tal postura – insiste – iria totalmente contra aos propósitos do coronel Dorrego ao solicitar o encargo provisório, e significaria a continuidade da usurpação do poder. A denúncia dessa ilegitimidade – conforme já analisamos – é o que está no cerne da sua crítica em *Argirópolis* e a partir dela, é construído um diagnóstico que aponta para a debilidade institucional da Confederação Argentina.

Nesta denúncia, a expressão “desejos desordenados”, mal do qual sofreriam a confederação e as repúblicas vizinhas do Uruguai e Paraguai, deve ser ressaltada porque traz consigo uma dupla problemática: indica a crença de Sarmiento de que a Argentina já se inseria em algum lugar, de um caminho comum às outras nações rumo à civilização – cuja ordem e normalidade estariam comprometidas; como também aponta para a necessidade da ordenação deste caminho, através da institucionalização das relações internas e externas da confederação, no sentido de trazer a pronta pacificação do Rio da Prata e a organização definitiva da Confederação.

Por último, é interessante notar que poucas vezes no texto de *Argirópolis* o seu autor se refere a Rosas pelo seu nome. Sarmiento utiliza preferencialmente “Governador da província de Buenos Aires” ou “encarregado pelas/das relações exteriores da Confederação”, com esta última forma aparecendo muitas das vezes acompanhada do adjetivo “provisório” – um truque retórico implícito. A natureza do cargo, que para ele não deveria mais existir, é o que o seu discurso combate.

Essa alteração no objeto da crítica e a própria metodologia adotada em *Argirópolis* acabam representando no discurso de Sarmiento o reconhecimento de alguma legitimidade do governo Rosas, afinal o seu diagnóstico e o projeto que elabora a partir dele em muito se apoiarão em acordos, convenções e leis realizadas durante o rosismo. Halperin Donghi já escreveu sobre a valorização por Sarmiento de uma “red de intereses consolidados por la moderada prosperidad alcanzada gracias a la dura paz que Rosas impuso al país” (HALPERIN DONGHI 2005, p. 45). *Argirópolis* parece corroborar tal raciocínio, pois valoriza e quer expandir a paz interna e externa; e nesta obra Rosas – utilizando expressões da autoria do próprio Donghi – aparece já não mais como o “monstro demoníaco” do discurso de Sarmiento em anos anteriores, mas sim com uma “sobrevivência” a ser superada pela via da institucionalização.

O discurso em defesa da urgência de uma constituição e o fulgor institucionalista que perpassam toda a narrativa de *Argirópolis* são em larga medida tributárias àquelas redefinições que se iniciam em *Viajes*. É a partir dessa tensão que marca a crise do modelo genético de nacionalidade – “que emanaba de la simultánea necesidad e imposibilidad de dar expresión a un curso histórico que no parecería ceñirse a ningún orden racional, que desafiaría las leyes que presiden el desarrollo de las sociedades” (PALTI 2009, p. 28) – e de toda a

ressignificação semântica no seu discurso, nos anos seguintes à publicação de *Facundo*, que ele irá construir a crítica ao rosismo em *Argirópolis*. Assim, muito mais que buscar – como na primeira obra – a explicação “genética” da barbárie e de seus artífices e tentar resolver “o enigma” do rosismo como única forma de vislumbrar a sua destruição, Sarmiento se preocupará – naquela segunda – com a ação – ou seja – em propor meios que trouxessem em definitivo a possibilidade de se construir uma civilização argentina. Analisaremos adiante parte dessas torções conceituais que ocorreram no seu discurso e que são fundamentais não só para esclarecer essa mudança na maneira de perceber Rosas e o rosismo, como também, principalmente, para compreender o processo através do qual a concepção histórica de Sarmiento passou a abranger um sentido de futuro utópico, dotado de possibilidades cada vez mais distantes do presente para organizar e civilizar a região do Prata.

“Divina Providencia”, “progresso” e os “deseos desordenados”

Para dar conta de reconstruir a história dessa transformação no discurso de Sarmiento, é fundamental analisar como funciona a noção de Providência em *Facundo* e o que se altera até chegar a *Argirópolis*. Apesar do risco de excesso de rigidez – intrínseco a esse tipo de formulação – é útil ao que se discute aqui, classificar a visão de Sarmiento na primeira obra como dependente de um forte determinismo natural, enquanto na segunda se eleva drasticamente a importância da ação racional. Dentre as redefinições que *Viajes* marca, a expansão do espaço para a ação do sujeito, no sentido da construção de um horizonte ideal, passando pela superação da condição híbrida daquele território e dos indivíduos que o habitam, é um aspecto fundamental para entendermos as mudanças na maneira pela qual Sarmiento passará a lidar com a história.

A crise do conceito genético de nação não supõe, por certo, nem um desprezo total desta perspectiva, nem um retorno ao ideal iluminista da nação como um resultado da vontade e ação dos homens. Consideramos aqui, que desde a narrativa de *Viajes*, Sarmiento realiza – no que pode ser considerado um movimento de originalidade – um deslocamento da matriz genética do meio físico para o homem. A subjetivação do mundo histórico abre espaço para que a ação intencional fosse identificada como uma força determinante para o progresso. Será assim que o mundo híbrido, onde até então a barbárie estaria vencendo, passará paulatinamente a ser tratado no discurso de Sarmiento como passível de ser modificado pela ação racional humana.

É fundamental para este trabalho – ainda que não seja possível desenvolver o assunto de maneira mais aprofundada – ressaltar que a Providência se manteve como força atuante no conceito moderno de história. Os aspectos positivos enxergados por Sarmiento em relação a Rosas desde *Facundo*, e reforçados em *Argirópolis*, podem ser relacionados à ideia hegeliana da “astúcia da razão”.

O que Hegel propõe em *Filosofia da história* é que a história universal resulta das ações humanas – responsáveis por traduzir o que é geral e interior

para a objetividade concreta do mundo. No entanto, os fins particulares dos homens sempre resultam em algo além do que foi intencionado; algo que de alguma forma existiria ocultamente nas ações, mas não estaria ao alcance da consciência da intenção. É assim que os homens históricos, ou administradores do espírito universal, que em seus fins particulares e paixões (como sede pelo poder) abrigariam o substancial – a vontade do espírito universal – atuariam inconscientemente no sentido da realização do objetivo geral da história ocidental. O espírito que está mais adiante já constituiria a alma interior de todos os indivíduos, e seria tarefa dos grandes homens exteriorizarem este conteúdo (HEGEL 2005).

Aqui, portanto, a ideia da existência de uma providência cristã não entra em conflito com o princípio do predomínio da razão. Isto porque Hegel percebe a filosofia da história como um conhecimento conciliador, que precisaria ser capaz de desvendar os desígnios do mundo ou dos caminhos de Deus. A história do que é imediatamente observável se tornaria história filosófica somente ao se harmonizar com aqueles desígnios. O mecanismo da “astúcia da razão”, proposto por Hegel e tratado por Löwith como “uma expressão racional para a providência divina” (LÖWITH 1991) é um exemplo importante para percebermos a impossibilidade em se descolar totalmente o que se convencionou conceituar “filosofia da história”, das concepções “providencialistas” da história.

69

Afinal, uma visão simplificadora desse processo pode estabelecer uma simples ruptura, a partir do Renascimento ou do Iluminismo, que teria criado uma concepção de história livre do elemento providencial; ou seja, exatamente o contrário do que se procura mostrar aqui, já que estamos considerando que o discurso de Sarmiento apresenta esse tipo de tensão entre um providencialismo baseado na fé e um conceito de progresso centrado na razão e na perfectibilidade. A hipótese aqui, é que a presença da Providência enfraquece, na mesma proporção em que o espaço para a ação se amplia no seu discurso, e isso pode ser percebido ao longo dos anos que separam *Facundo* de *Argirópolis*.

A ata original de reunião do *Salón Literario* – que Sarmiento recupera no *Facundo* – explicita a crença da Geração de 37 “en el progreso de la humanidad” e a sua “fe en el porvenir” (SARMIENTO 1985, p. 228). O documento se relaciona com o momento característico na história do conceito de *progreso*, do qual tratamos anteriormente. Corroborando o que se discute até aqui sobre o processo de racionalização da Providência, as reflexões de Reinhart Koselleck são extremamente úteis para dar conta da tarefa de investigar as continuidades e descontinuidades, entre uma concepção de tempo baseada na Providência e outra – característica da modernidade – observada pela dinâmica constante entre experiência e expectativa.

Ao tratar especificamente dos conceitos *progreso* e *declínio*, Koselleck desenvolve a tese de que aquele primeiro conceito se torna moderno exatamente quando o seu significado passa a prescindir de contextos naturais e espaciais para ser compreendido. Em outras palavras, o seu raciocínio tem relação com o

de Löwith, se consideramos que para ele, categorias relacionadas à ascensão, durante toda a Antiguidade Clássica, se limitam a “conceitos de sucessão”, e no máximo, “conceitos de oposição”, verificados, por exemplo, na descrição cíclica, e presa a “metáforas biológicas”, de formas de governo. Agora, se Löwith reforça a dependência mantida pelas concepções modernas de tempo histórico com relação à concepção cristã, Koselleck marca que esta última, ainda que de fato abra um novo horizonte de futuro – inegavelmente fundamental à filosofia da história – o restringe a realização de um Reino de Deus que se realizaria apenas após o fim da história. Logo, no tempo histórico do “mundo”, nada de fundamentalmente novo poderia ocorrer; os “dois mundos”, o de Deus e o secular, estariam antes de qualquer coisa separados, e é assim que entendemos a formulação de Koselleck sobre esses dois tempos “assimétricos”: “Spiritual progress and the decline of the world were to this extent correlational concepts that obstructed the interpretation of the earthly future in progressive terms” (KOSELLECK 2002, p. 225).

Até o início dos tempos modernos, o termo “profecia” – ligado à esfera religiosa – foi substituído pelo termo mundano “progresso”. O crescente domínio do mundo natural pelo homem, relacionado ao uso autônomo da razão, lançou uma também crescente interpretação do futuro, possibilitando que um único termo passasse a condensar uma série de fenômenos característicos da modernidade; nas palavras de Koselleck, “the experience of a new time condensed into a word” (KOSELLECK 2002, p. 226).

Koselleck chama a atenção para alguns aspectos fundamentais na formação desse conceito. A *desnaturalização das metáforas de idades* seria um deles. Da antiguidade até o início da modernidade, a “metáfora biológica”, de um mundo que conforme avança no tempo, estaria caminhando para o seu fim, era predominante. Somente a partir da dissipação dessa noção de declínio – que durante o século XVIII foi sendo cada vez mais compreendido como uma exceção no constante desenvolvimento da humanidade – passaria a ser possível um sentido de progresso que apontasse para um futuro realmente aberto.

Ao lado desse primeiro aspecto, Koselleck discorre também sobre a *temporalização*, através da qual os objetivos a serem atingidos pela ação do “aperfeiçoamento” passam a fazer parte da “performance da história humana”. A palavra “perfection”, que implica numa ideia de objetivo, meta é lentamente substituída por “*perfectionnement*”, um termo que remete a uma noção de um processo, de um movimento. Este é o momento ao qual corresponderia, por exemplo, a já citada *Filosofia da história* de Hegel, que traz a expressão “astúcia da razão”; o momento em que “The experience of the past and the expectation of the future moved apart; they were progressively dismantled, and this difference was finally conceptualized by a common word, ‘progress’” (KOSELLECK 2002, p. 228).

Um último aspecto que abordaremos aqui a respeito deste conceito, tem a ver exatamente com a temporalização da história e com a expansão do horizonte de expectativas. Koselleck faz a ressalva de que o conceito de

“progresso” surge apenas em fins do século XVIII. Antes disso, por exemplo, o termo ainda nem existia no caso alemão, por exemplo, enquanto na França e na Inglaterra, o seu uso ainda era muito mais comum na forma plural. Kant é apontado pelo autor como o responsável por inaugurar uma multiplicidade de sentidos, seja do campo científico, tecnológico, ou industrial, somados àqueles significados oriundos da moralidade social e até mesmo da totalidade da história, todos dentro de um mesmo conceito comum; um “*coletivo singular*”:

It lies together numerous experiences into a single term. It is one of those collective singulars (they abruptly increased toward the end of the eighteenth century) that condense ever more complex experiences on a higher level of abstraction. In terms of etymology, this involved a process corresponding to the French Revolution in politics and to a world commerce and the Industrial Revolution in economics in a way that still has to be investigated (KOSELLECK 2002, p. 229).

71 Seguindo a argumentação de Koselleck, é possível afirmar que o coletivo singular “progresso”, desde a nova concepção de tempo inaugurada pela modernidade, passava a trazer um sentido voltado para a universalização de “progressos” anteriormente entendidos como restritos a campos específicos dentro das narrativas históricas. Esse processo continua com um segundo momento, no qual uma dimensão de movimento também se agrega ao conceito, com o progresso se tornando ele mesmo um agente histórico e totalizador. Por último, adquire um viés de certa forma autossuficiente e autoexplicativo, quando passa a significar “progress purely and simply”, e a orientar o curso evolutivo da história da humanidade, até se impor como indispensável ao vocabulário político dos mais variados grupos políticos durante o século XIX.

Neste ponto, é de muito valor a chave para a qual chama a atenção o historiador Fabio Wasserman, de que os homens da Geração de 1837 consideravam todos os progressos da humanidade inter-relacionados “como parte de un único proceso civilizatorio” (WASSERMAN 2008, p. 171). Assim, a ainda inacabada Revolução de Maio estaria inscrita em um processo mais amplo de transformação mundial, como parte do destino possível através de certa inspiração da Providência, mas, sobretudo voltado para um futuro comum aos povos, que deveria ser garantido pela ação daquela geração, que se autodefinia “revolucionária”.

Ainda assim, não deve ser surpreendente a constatação de que seja relativamente fácil observar a permanência de uma visão predominantemente providencialista no discurso de Sarmiento em *Facundo*, por exemplo, no reconhecimento de virtudes do rosismo; pois seguindo esta concepção a rigor, chega-se a conclusão de que Rosas teria feito o bem mesmo sem sabê-lo. Esse parece ser também o raciocínio de Oscar Terán, quando afirma que

Esa providencia há operado para que el mismo Rosas, independientemente de sus deseos, haya realizado acciones por las cuales en la República

Argentina no todo es vacío, desierto, sino que hay un comienzo de institucionalidad política imprescindible para la construcción de una nación (TERÁN 2009, p. 85).

O progresso teria ocorrido, ainda que Rosas não tivesse trabalhado efetivamente para isso, ou intencionado promovê-lo. Nesse mesmo sentido pode-se entender a afirmação feita no *Facundo*, de que

no se vaya a creer que Rosas no ha conseguido hacer progresar la República que despedaza, no; es un grande y poderoso instrumento de la Providencia que realiza todo lo que al porvenir de la patria interesa (SARMIENTO 1985, p. 234).

A “astúcia da razão” e a “perfectibilidade” se manifestam no discurso de Sarmiento sobre Rosas e Quiroga; pois ainda que o seu juízo quanto ao papel desses caudilhos na história argentina se mantenha sempre negativo, ele não nega que a ação daqueles princípios seja uma constante. Pode-se perceber na continuidade desses elementos, característico das continuidades do providencialismo no seu conceito de “progresso”, uma explicação plausível para que “salte à frente” no seu discurso em *Facundo*, ainda que de maneira abrupta e paradoxal, essa crença numa civilização que se alimenta de progressos apresentados – ao menos na maior parte da narrativa – como não definitivos.

Vimos anteriormente – concordando neste ponto com o argumento de Elías Palti – que no *Facundo*, o providencialismo aparece de maneira problemática, pois o seu discurso traz um apelo pela superação da barbárie, apesar desta ser um resultado quase que inexorável conforme a própria narrativa. Naquela obra, Sarmiento tratava o meio natural como o grande eixo do processo histórico, restringindo-o a uma circularidade que operaria como um empecilho para os progressos substanciais; também era evidente a obsessão por alocar rigidamente os diversos personagens e fenômenos narrados dentro de um dos dois universos de sentido: a civilização ou a barbárie, sem estabelecer um caráter de evolução com um tempo próprio e um fim específico e superior, ou seja, um *telos* capaz de oferecer uma dimensão temporal maior àquela história. Tal ausência é nítida na sequência que se inicia com Quiroga, chega à Paz e termina com Rosas, sem um vencedor definitivo ou uma explicação – minimamente racional e coerente com a história que o próprio Sarmiento constrói – de como se daria a vitória da civilização.

O que ocorre nas obras posteriores é que essa tensão passa a ser menos problemática na medida em que Sarmiento constrói em seu discurso um *telos* mais definido e aumenta a ênfase e a confiança na possibilidade deste ser alcançado; o seu esforço passa a ser localizar cada um deles dentro de uma sequência que passa a comportar distintos patamares civilizatórios. A impressão é a de que um progresso efetivo rumo à civilização só se torna possível em seu discurso quando ocorre “a temporalização da luta entre civilização e a barbárie”, que é o que primeiramente se detecta a partir de *Viajes*, e irá se manifestar, de formas distintas em *Recuerdos de Provincia* e *Argirópolis*.

Em *Argirópolis*, em função dessa mesma temporalização, os “progressos” almejados serão substituídos por “meios para o progresso”, a serem alcançados dentro de um processo civilizatório pontuado por uma Constituição. O diagnóstico de Sarmiento é bastante claro neste sentido:

Con un continente inmenso y una población escasa; con ríos navegables, sin naves, ni el hábito de navegarlos; con una tierra fértil y sin ciencia para cultivarla; con ciudades en el interior sin comunicación fácil con los puertos; con un pueblo habituado a los usos y necesidades de la vida civilizada y sin industria para satisfacerlos. Dados estos antecedentes, cuya verdad nadie pone en duda, el tiempo por sí solo no puede producir una mejora de situación sensible; porque no hay progreso sino donde hay rudimentos que desenvolver, como ciencia, industria etcétera. La independencia conquistada no podía ser un bien sino a condición de darnos libertad para corregir los defectos que había negado la colonización; la independencia, para perpetuar el mal existente, podría traer por consecuencia la destrucción de lo que existía, por la pereza y las pasiones desencadenadas (SARMIENTO 2011, p. 88).

Argirópolis traz, sob uma modalidade distinta, o mesmo Sarmiento “herói” e “grande homem” da civilização já bastante estudado pela historiografia em *Recuerdos*. A diferença – importantíssima para este trabalho – é que aqui ele se mostra já propondo um esboço constitucional, se colocando definitivamente como mais próximo da razão e dos ideais de progresso e civilização que Facundo, Paz ou Rosas. O que sintetizaria mais todo este processo de redefinições conceituais – que terá como resultado uma abertura do espaço para a ação e uma possibilidade real da civilização capaz de construir a nação – do que a elaboração de uma Constituição? E, para Sarmiento, que homem melhor que ele próprio – híbrido evoluído, “equilíbrio perfeito” entre o patriotismo e o cálculo racional – para arquitetar e comandar essa marcha?

Há um trecho de *Argirópolis* em que aparece claramente uma concepção de progresso ainda muito vinculada ao providencialismo. Trata-se da discussão que Sarmiento faz sobre o contexto conflituoso da região do Prata, quando pondera sobre a influência dos erros cometidos pelos rioplatenses como fundamentais para se entender aquela situação de conflito perene. Lá, ainda que a sua análise ofereça algum espaço para a ação humana com vista a um *telos*, é evidente a presença da Providência como uma “força” tão real, quanto importante:

No maldigamos de la Providencia, que dispone y dirige los acontecimientos humanos. Deploremos nuestros propios extravíos, que han concitado contra nosotros tantos intereses y tantas pasiones; pero antes de entregarnos al desaliento, busquemos el medio de conciliar nuestra dignidad nacional con los intereses de los demás, y sacar del mal mismo de que somos víctimas el remedio que ha de estorbar en lo sucesivo la repetición de iguales calamidades. Acaso la Providencia ha querido favorecernos, poniendo límites forzosos a nuestros deseos desordenados, y ligando de tal manera intereses diversos, que de la solución que las circunstancias del momento exigen resulte la prosperidad de los Estados del Río de la Plata y la libertad de los pueblos que los forman (SARMIENTO 2011, p. 30).

Esse fragmento aponta precisamente para a tensão existente entre a permanência do significado de Providência como uma força responsável por avanços – à revelia da irracionalidade que reinava nas decisões dos governos da região, e dos erros que Sarmiento percebe no trato das questões internacionais pelo governo de Rosas – e um chamado a ação que enxerga possibilidades típicas de um conceito de progresso com claro sentido de futuro em aberto.

A dinâmica dessa tensão – que existe não só no fragmento citado acima, como também em toda a argumentação de Sarmiento sobre os *deseos desordenados* – revela uma mudança importante de sentido em seu discurso. Isto porque, se por um lado a aparição desses *deseos* é uma formulação que expressa na filosofia da história de Sarmiento, a continuidade da coexistência de uma força providencial junto à outra crente em um futuro a ser construído; por outro, se considerado o percurso entre *Facundo* e *Argirópolis*, há um aspecto de ruptura evidenciado justamente na perda de espaço do providencialismo em favor de um discurso que enfatiza mais a possibilidade – e necessidade até – da ação civilizadora rumo a um futuro civilizado. Rompendo com o aspecto circular e determinista de tempo, ainda presente em *Facundo*, *Argirópolis* dá continuidade a expansão da perspectiva de ação, sob a forma de um *telos* definido – conforme já se observava em *Recuerdos* – agora nos moldes de um projeto explícito para ordenar e civilizar.

A formulação *deseos desordenados* implica basicamente no reconhecimento de Sarmiento da necessidade de que os homens agissem para solucionar as circunstâncias de momento de uma maneira mais decisiva para a promoção da civilização. Os *deseos desordenados* dos governos da região do Prata aparecem como elementos que estariam fora do parâmetro civilizacional definido em *Argirópolis*. Seguindo o que vimos até aqui, esses elementos nocivos à civilização foram tratados por Sarmiento como intrínsecos ao progresso, que, movido por uma lei universal, teria garantido a possibilidade da promoção da civilização mesmo nos momentos de maior repúdio a Rosas e ao rosismo.

Sarmiento parte da noção exposta de que haveria uma interdependência entre as repúblicas da região do Prata e esta, mesmo que não desejada pelas partes, favoreceria, na prática, à Confederação Argentina, assim como era cômoda ao encarregado das relações exteriores. A solução proposta é no sentido de introduzir o projeto da criação de uma federação⁷ que associasse o Uruguai e o Paraguai à República Argentina, e fosse capaz de romper com a condição de “independência ilusória”, responsável em larga medida pela desigualdade entre aquelas repúblicas. Se antes propunha a extirpação de Rosas do poder, agora Sarmiento propõe o fim da própria Confederação Argentina, que permitiria “al poder provisional, pero terrible e ilimitado, de que está investido el encargo de las relaciones exteriores”(SARMIENTO 2011, p. 33).

74

⁷ A inspiração decorrente dos norte-americanos é evidente até no nome escolhido como exemplo, “Estados Unidos de la América de Sur” (SARMIENTO 2011, p. 33).

A “transação” que ele propõe seria realizada através de um pacto de união e federação. Se o exame da situação de fato mostra “un caos de confusión y de desastres”, seria tarefa de um congresso geral harmonizar o desequilíbrio existente, elaborando uma constituição que respeitasse os interesses comerciais e a liberdade política das partes contratantes. Derivando da vontade do povo e sendo reconhecida pela maioria – a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos – seria dever dos outros governos reconhecê-la. Do contrário, o uso da violência seria perfeitamente legítimo.

Sarmiento alerta para o risco de que o encarregado provisório apresentasse obstáculos à cessação do poder que ele exercia, “pues aunque provisorio, es tan extenso e ilimitado, como no sería si fuese duradero y regular”(SARMIENTO 2011, p. 36) – repetindo a ironia que já havia marcado o tom do capítulo “Gobierno Unitario” no *Facundo*. Tal postura iria totalmente contra os propósitos do coronel Dorrego ao solicitar o encargo provisório e significaria a continuidade da usurpação do poder. Relembremos que a denúncia desta ilegitimidade é o que, conforme vimos, está no cerne da sua crítica ao rosismo em *Argirópolis* e é a partir dela que ele constrói o diagnóstico que aponta para debilidade institucional da Confederação Argentina.

A expressão *deseos desordenados*, mal do qual sofreriam a confederação e as repúblicas vizinhas do Uruguai e Paraguai, deve ser ressaltada porque traz consigo uma dupla problemática: indica a crença de Sarmiento num caminho minimamente universal rumo à civilização¹ – cuja ordem e normalidade estariam comprometidas; como também aponta para a necessidade da ordenação deste caminho, através da institucionalização das relações internas e externas da confederação, no sentido de trazer a pronta pacificação do Rio da Prata e a sua organização definitiva baseada numa Constituição.

A presença em seu discurso de uma expectativa pela ação institucionalizada, que acreditava ser capaz de ordenar os conflitos e as paixões, se relaciona certamente com a redefinição da sua maneira de pensar e narrar a história. Percebe-se, por exemplo, que o sentido de Providência, ainda que permaneça presente em *Argirópolis* associado à lei de desenvolvimento contínuo, perde parte da sua força na medida em que aumenta o espaço para a ação humana. Trata-se de um movimento que se repete ao analisarmos conceitos que também mantêm em suas cargas semânticas o sentido de futuro oferecido pelo providencialismo – como “progresso”, “revolução” e “civilização” – mas que lentamente sofrem mudanças conceptuais que tem em comum – retomando o ponto de maneira sintética – um caráter de afirmação qualitativa deste futuro como um espaço aberto e suscetível de ser alterado pela ação humana. No uso de todos esses conceitos por Sarmiento e pelos outros intelectuais da sua geração, verifica-se um alargamento do horizonte de expectativas, expresso na possibilidade

⁸ Ainda que, conforme o paradigma historicista da geração romântica, Sarmiento acreditasse que as características da civilização projetada devessem ser necessariamente balizadas pelas particularidades locais.

– e mais que isso, na necessidade – de que os homens letrados agissem para ordenar os desejos e, conseqüentemente, os rumos da incipiente nação argentina de forma a posicioná-la nos mesmos trilhos das civilizações europeias. São essas redefinições que tornam possíveis, em *Argirópolis*, a identificação dos *deseos desordenados* e a proposição de soluções para ordená-los.

Referências bibliográficas

- HALPERIN DONGHI, Tulio. **Una nación para el desierto argentino**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- HEGEL, G. W. F. **Filosofia da história**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. **The practice of conceptual history**. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- MYERS, Jorge. La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. In: GOLDMAN, Noemí (org.). **Nueva historia argentina - Revolución, república, confederación: 1806-1852**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p. 381-445.
- _____. Língua, história e política na identidade argentina, 1840- 1880. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE, D. (orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 179 -212.
- PALTI, Elías. **El momento romántico: nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- _____. **La nación como problema: los historiadores y la "cuestión nacional"**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de nação no Brasil**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Argirópolis**. Disponível em www.elaleph.com. Acesso em: 16 de ago. 2011.
- _____. **Facundo**. 2ª. ed. Barcelona: Biblioteca Ayacucho, 1985.
- _____. **Facundo: civilização e barbárie**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- _____. **Viajes por Europa, África y América: 1845-1847**. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.
- TERÁN, Oscar. **Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales, 1810-1980**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- TERNAVASIO, Marcela. **Historia de la Argentina, 1806-1852**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

WASSERMAN, Fabio. **Entre clio y la polis**: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860). Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

_____. Revolución. In: GOLDMAN, Noemí (org.). **Lenguaje y revolución**: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 159 -175.